

TREZE ANOS DEPOIS: IMPACTOS DO PROCESSO DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

Antônio Nunes Santana¹
Tatyanne Gomes Marques²

RESUMO

O objetivo do atual trabalho é analisar como se deu o processo de “nucleação” das escolas rurais no município de Guanambi e seus principais impactos após treze anos do referido processo. Para isso, o estudo tomou por base o levantamento das produções sobre o tema no contexto do município de Guanambi – BA, especialmente, aquelas disponíveis na biblioteca do DEDC/ Campus XII da UNEB. Também realizou a análise documental de Leis, Resolução e Decreto que tratam do Sistema de Nucleação Escolar da Rede Municipal de ensino de Guanambi, assim como do Plano Municipal de Educação (Lei municipal nº. 951 de 17 de junho de 2015) no que se refere às metas e estratégias para a educação do campo. Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos que vivenciaram e vivenciam o processo de nucleação das escolas no contexto estudado. Ao concluir, fica explícito que o que ocorreu em Guanambi foi o fechamento/ extinção das escolas rurais e não a nucleação como foi tratada até o momento.

Palavras-chave: Escolas rurais. Guanambi. Nucleação.

Introdução

A pesquisa aqui apresentada é resultado do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação no Campo ofertado pelo Departamento de Educação – DEDC XII da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). A mesma teve como objetivo conhecer como se deu o processo de “nucleação” das escolas rurais³ no município de Guanambi e seus principais impactos após treze anos.

Em Guanambi, desde 2005, os/as moradores/as das comunidades rurais percorrem longas estradas vicinais e, na maioria das vezes, em transportes inadequados, para frequentarem escolas nos distritos e/ou na sede do município. Em decorrência disso, a pesquisa analisa a realidade do município treze anos após as escolas serem “nucleadas”. O

¹ Especialista em Educação do Campo pelo Departamento de Educação (DEDC/Campus XII) da Uneb. Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistema; Agricultor Familiar; diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi; comunicador/radialista. Email: tony_gbi@hotmail.com

² Professora Assistente do Departamento de Educação – DEDC XII da Uneb. Doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro da linha de pesquisa Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe). Email: tatygmarques@yahoo.com.br

³ Neste trabalho utiliza-se a denominação escolas rurais porque até a extinção das mesmas em 2005 não havia no município nenhuma discussão ou proposta curricular na perspectiva da educação do campo.

estudo investigou como se deu o processo, base legal adotada, relatos dos sujeitos envolvidos, o que foi proposto no início e o que realmente foi implantado.

Para isso, foi feito um estudo para entender o que dizem as leis sobre a nucleação das escolas no campo⁴ e o que apontam as pesquisas já realizadas sobre o tema no contexto investigado. Além disso, realizou-se uma pesquisa de campo do tipo qualitativa que adotou como principal procedimento as entrevistas semiestruturadas.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas com 10 pessoas que viram e viveram de perto e/ ou que estão vivendo a atual situação nos treze anos sem a existência das escolas no campo no município de Guanambi. Os entrevistados foram: dois gestores da secretaria municipal de educação (sendo um deles o secretário do período da implantação do processo de “nucleação” das escolas rurais e a atual secretária de educação); dois diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi, usando o mesmo critério dos sujeitos anteriores; uma educadora que lecionava no campo na época da implantação da nucleação e quatro representantes de associações rurais de diferentes localidades onde as escolas foram fechadas. Todas as entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos meses de junho e julho de 2018.

Além das entrevistas, esta pesquisa utiliza dados das observações de atividades da comissão de Controle Social do Plano Municipal de Educação (PME) e de um seminário realizado na Escola Municipal Rômulo Almeida, organizado pelo grupo “Jovem Saber” do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares de Guanambi⁵.

1. A nucleação como estratégia de fechamento das escolas no campo

A nucleação das escolas do campo é uma estratégia que muitos gestores municipais estão utilizando para o fechamento das instituições que atendem aos sujeitos do campo no campo. Nesse sentido, Oliveira (2010, p. 1) afirma que “[...] os aspectos de economia ou de otimização dos recursos financeiros das administrações locais sempre figuram como fatores importantes e norteadores das decisões na área da gestão e na definição de formas de organizar as escolas no campo”.

Com o discurso de melhoria na educação, a prática tem sido amplamente utilizada

⁴ Foram analisadas a Resolução CNE/ CEB Nº 2. Brasília-DF, de 28 de Abril de 2008; a Lei nº 203/04, de 06 de fevereiro de 2004; a Lei nº 951/15, de 17 de junho de 2015 e as diretrizes do 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CNTTR).

⁵ Seminário realizado pelo grupo de jovens organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guanambi, com alunos do 9º ano, turma A da Escola Rômulo Almeida do dia 21 de junho de 2018.

como escola “modelo” para o campo. A implantação do referido “modelo”, tem sido adotado sem o devido diálogo com a sociedade.

Ao recorrer às diretrizes que tratam sobre a educação do campo, são notórias as contradições existentes no processo de nucleação. A resolução CNE/ CEB Nº 2, de 28 de Abril de 2008, ao tratar da educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, determina que a educação oferecida aos sujeitos do campo deva ser nas próprias comunidades. Em caso de necessidade de nucleação, no decorrer dos cinco anos iniciais, a mesma deve ocorrer intracampo, nucleada em escolas no próprio campo, a partir de cada realidade dos alunos, com participação da comunidade. Veja o que diz o Art. 4º:

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo. (BRASIL, 2008).

Com autoritarismo, muitos gestores no processo de nucleação não têm levado em conta a participação das comunidades. Além de não se preocupar com a identidade dos sujeitos, é notado que a maioria dos gestores toma decisões arbitrárias, sem prévio debate com os principais envolvidos, que são deslocados de suas comunidades de origem para os distritos e sedes dos municípios. Nessas escolas, os estudantes vão se deparar com práticas curriculares sem nenhum respeito às diversidades sociais, culturais, políticas, econômicas, gênero, geração e etnia.

Na busca das supostas melhorias, a prática de nucleação das escolas vem crescendo no país. Esse processo tem mostrado outra realidade, conforme mostra Oliveira (2010, p.1):

A referida estratégia, no Brasil, vem significando o fechamento, muitas vezes arbitrário, de pequenas escolas do campo. Muitos gestores municipais e estaduais utilizam como argumento para a adoção do “modelo” de escolas nucleadas, a baixa qualidade do ensino desenvolvido pelas escolas multisseriadas. Além disso, os aspectos de economia ou de otimização dos recursos financeiros das administrações locais sempre figuram como fatores importantes e norteadores das decisões na área da gestão e na definição de formas de organizar as escolas no campo.

Segundo a referida autora, cerca de 60% das escolas no campo são multisseriadas e, ao longo da história, não receberam investimentos necessários para um bom funcionamento. Assim sendo, o proposto “modelo” de nucleação tem sido o caminho que a maiorias dos gestores estão tomando como resposta ao não investimento nas escolas rurais.

Segundo Munarim (2011), os governantes optam pelo fechamento das escolas no campo e transportam os alunos para sede e distritos por entenderem que o processo seja menos oneroso aos cofres públicos. No entanto, realizam práticas contrárias determinadas por Lei, a exemplo do que diz Plano Nacional de Educação - PNE e outros documentos.

Por fim, a nucleação das escolas do campo, no atual contexto, tem sido realizada sem um amplo debate com a sociedade, principalmente com os sujeitos envolvidos no processo, o que modifica radicalmente a cultura dos camponeses. Ao pensar nas estratégias para sua organização, os gestores públicos têm adotado a nucleação vinculada ao transporte escolar e, na maioria dos casos, em péssimas condições. Em muitas das situações, esse processo ocorre por meio de apadrinhamentos políticos, resultando o fechamento das escolas pequenas no campo e provocando um processo de urbanização total de educação (GANDRA et al, 2016).

2. A nucleação das escolas rurais no município de Guanambi: apontamentos das pesquisas

Compreendida a lógica que muitas vezes opera no processo de nucleação das escolas rurais no Brasil, este texto a partir daqui se centra no contexto da pesquisa, isto é, o município de Guanambi.

O ponto de partida para o estudo foi a análise da Lei municipal nº 203 de 06 de fevereiro de 2004 que em seu parágrafo único destaca:

O sistema de Nucleação Escolar da Rede Municipal de Ensino consiste no agrupamento de escolas nucleadas, observando dentre outros aspectos, o poder de integração da unidade, localização territorial, espaço físico, estado de conservação e quantidade de alunos matriculados. (GUANAMBI, 2004, p1).

Apesar dessa legislação destacar que observará aspectos como a integração, localização territorial, espaço físico, conservação e quantidade de alunos matriculados, no ano de 2005 o poder público municipal de Guanambi optou pelo fechamento de todas as escolas rurais.

Para tentar compreender o processo de implantação da “nucleação” em Guanambi, fez-se o levantamento de TCC e capítulos de livros publicados até o final do primeiro semestre de 2018 que focalizam esse problema. No quadro a seguir, estão as informações dos trabalhos identificados:

Quadro 1: Relação das pesquisas sobre nucleação das escolas rurais no contexto de Guanambi

Título	Autores	Tipo	Ano
O processo de nucleação das escolas multisseriadas do distrito de Morrinhos	Ana Paula dos Santos Xavier Marco Antônio Paes de Souza Maria Lúcia Pereira de Silva	Monografia	2008
DA COMUNIDADE RURAL À ESCOLA DA CIDADE: Olhares dos sujeitos desses espaços	Adriana Pinto de Oliveira Cléia Márcia Donato B. Reis Vagna Neves Cotrim	Monografia	2011
EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE GUANAMBI/BA: implicações do processo de nucleação na vida e na aprendizagem dos estudantes camponeses	Karla Adriana Fernandes de Castro Pereira Nayara de Souza Cotrim Taise Almeida Silva	Monografia	2013
O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DO CAMPO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI/BAHIA	Gleide Kelly da Silva Santos Gandra Rosângela da Silva Santos Marques Tânia Maria dos Santos Gomes Tatyanne Gomes Marques	Capítulo de livro	2016
EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI: Uma análise a partir das políticas públicas.	Tatyanne Gomes Marques	Capítulo de livro	2016

Fonte: Biblioteca da UNEB - DEDC Campus XII/Biblioteca digital; STR⁶-Guanambi.

Já no terceiro ano da implantação da “nucleação” no município, os pesquisadores Xavier, Souza e Silva (2008) fizeram um estudo com os pais, alunos e professores na Escola Municipal Prof^a. Alzira Cotrim Normanha no Distrito de Morrinhos. Na ocasião, constataram que a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa considera que a “nucleação” foi um avanço para a educação por acabar com as escolas multisseriadas e unidocentes. O estudo também destaca os impactos sofridos com a implantação do “modelo” adotado no município e aborda sobre os transportes inadequados e estradas em péssimas condições para as crianças percorrem diariamente.

Aprofundando mais sobre o assunto, Oliveira, Reis e Cotrim (2011) desenvolveram um estudo que envolveu pais, alunos e professores, bem como o coordenador pedagógico e o diretor de uma escola que recebeu alunos deslocados do campo. A pesquisa traz informações importantes, a exemplo da visão que os pais têm da formação dos seus filhos. Nesse sentido, as pesquisadoras concluem:

Podemos constatar na pesquisa que para os pais entrevistados, a escola é considerada como um horizonte de sucesso para seus filhos, ou seja, que é através do estudo que eles poderão sair do campo, crescer economicamente, ser alguém na vida diferente do que eles são. [...] Os pais mostraram-se satisfeitos com a transferência do alunado do campo para a cidade, pois enfatizam que a escola urbana proporciona maiores oportunidades para seus

⁶ Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi.

filhos, uma vez que possui mais recursos e professores com maior qualificação. (OLIVEIRA, REIS, COTRIM, 2011, p.40).

Os referidos dados nos permitem entender que os próprios pais desconhecem os direitos à educação no campo. Avaliam a escola na/da idade como mais qualificada por possuir mais recursos e por formar profissionais para o mercado competitivo da mão de obra, valorizando cada vez mais o capitalismo. Essa visão vai de encontro às políticas educacionais na perspectiva da educação do/no campo⁷ (FERNANDES, CERIOLI E CALDART, 2004).

As pesquisadoras Pereira, Cotrim e Silva (2013) buscaram investigar o processo de nucleação focalizando as mudanças na vida e na aprendizagem dos estudantes camponeses, transportes escolares e práticas educativas desenvolvidas na escola. As autoras relatam o ponto de vista da gestora no ano letivo em questão:

A gestora coloca que de início algumas escolas foram criadas para atender aos alunos do campo, sendo que os alunos que residissem próximo à sede passaram a ser atendidos na Escola Municipal Rômulo Almeida; os das proximidades de Morrinhos, na escola Prof.^a Alzira Carolina da Silva Normanha; os das proximidades de Ceraíma, no Grupo Escolar Colônia de Ceraíma; e os da proximidade de Mutãs, na escola Vereador Sebastião Moreira Malheiros. Mesmo essas escolas tendo sido criadas para atender a esses alunos do campo, a gestora disse que muitos pais matriculam os filhos em outras escolas. (PEREIRA, COTRIM, SILVA, 2013, p.31).

Fica claro neste trecho a visão da gestora sobre a distribuição dos alunos do campo em escolas nos distritos e sede do município para alunos mais próximos. Todavia, isso não aconteceu como citado, tendo em vista que na região do Baixio⁸ o roteiro é direcionado para a sede do município com percurso acima de trinta quilômetros. Já o resultado da pesquisa relacionado às professoras nos alerta para a necessidade de um grande debate para a implantação de uma educação do e no campo, já que “infelizmente todas as professoras que fizeram parte da referida pesquisa revelaram que não é necessário ter um currículo diferenciado para trabalhar com os alunos do campo” (PEREIRA, COTRIM, SILVA, 2013, p.32).

Nota-se que a visão das educadoras mostram falta de conhecimento sobre a importância da educação no campo, respeitando suas origens e a forma como é direcionado o trabalho segue o triste histórico da trajetória da educação que adota o pacote pronto que visa

⁷ O conceito de educação *do campo* significa o vínculo às causas, aos desafios, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. E *no campo* significa uma educação realizada nas próprias comunidades onde as pessoas vivem e trabalham.

⁸ Geograficamente, o município de Guanambi é dividido em quatro regiões: os distritos de Morrinhos, Ceraíma, Mutans e Baixio. O Baixio corresponde à região do relevo mais plano do município, como referência destaco a comunidade do Suruá.

ao interesse do capital. O referido estudo também analisou o Plano Municipal de Educação PME 2008/2017, construído com muitos debates com profissionais da educação e sociedade civil, visando melhorias no sistema educacional do município de Guanambi:

Com relação à educação no/do campo, o documento aponta que o processo de nucleação no município aconteceu de forma brusca, uma vez que, o mesmo resultou em um processo de urbanização total da educação, no qual o urbano é tratado como parâmetro e o rural como simples adaptação. (PEREIRA, COTRIM, SILVA, 2013, p.41).

Diante do exposto, as pesquisas demonstram que há apontamento de mudança radical no sistema educacional do município de Guanambi sem diálogo com a comunidade. As autoras destacam a urbanização da educação, pois, para o meio rural, a educação foi e é tratada com simples adaptações.

A análise até o levantamento realizado por este estudo levou a constatar que em 2005, quando se tomou a decisão para “nucleação” das escolas rurais não teve nenhum documento que fundamentasse tal atitude, já que o que se estabeleceu em Lei em 2004 não foi atendido. Esta pesquisa identificou apenas uma cartilha informativa, em forma de quadrinhos, com o título “Mudanças rumo a uma Educação Modelo”, sem número de tiragem que, segundo informações, circulou timidamente entre as instituições de ensino. Dentre as promessas, destacam-se quais seriam as vantagens da mudança:

- A) As pesquisas indicam que os alunos das classes multisseriadas chegam nos colégios para cursarem a 5ª série do Ensino Fundamental, com grandes dificuldades de aprendizagem e idades avançadas em relação a série;
- B) Trabalhar as crianças da zona rural com as crianças da sede ou distritos, valorizando assim o ambiente em que cada um vive;
- C) Ela representa um passo muito concreto que será dado em nosso sistema educacional para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender desde cedo a construir uma sociedade para todos; [...];
- F) Professores, coordenadores e diretores trabalhando em equipe juntamente com a família para o desenvolvimento do aluno; [...]. (CARTILHA INFORMATIVA, 2005).

Ao analisar o trecho citado, este estudo levanta alguns questionamentos: qual pesquisa aponta as dificuldades de aprendizado e idade avançada em relação à série dos alunos que estudavam em escolas multisseriadas? Ao trabalharem as crianças do campo com as crianças da cidade, como se dá a citada valorização de acordo o ambiente que cada um vive? Qual passo concreto foi dado no sistema educacional para a construção de uma sociedade para todos? Quem esse “todos” representa e atende?

A “nucleação” realizada no município de Guanambi, segundo pesquisa feita por Gandra, Marques, Gomes e Marques (2016), desconsidera completamente as Diretrizes

Operacionais da Educação do campo (BRASIL, 2002, 2008). Para essas pesquisadoras, a nucleação deveria ser implantada respeitando a distância de cada comunidade, condições adequadas no transporte escolar e amplo debate com os sujeitos envolvidos.

Ao escrever um artigo que compõe o livro organizado pelo Conselho Municipal de Educação, Marques (2016) afirma que, nos processos de nucleação das escolas rurais, é mais comum desconsiderar a cultura identitária de um povo que fazer investimento para melhorar a educação dos referidos sujeitos. A autora destaca:

Nesse contexto, o processo de nucleação contribui demasiadamente para aumentar o processo de desenraizamento dos mesmos com relação ao seu ambiente de origem. Dessa forma, o fato de situar esses sujeitos em um contexto totalmente desvinculado de sua realidade ocasiona a submissão dos mesmos a uma prática pedagógica desvinculada das suas reais necessidades. (MARQUES, 2016, p.120).

As reflexões apresentadas por Marques (2016) retratam um verdadeiro processo de urbanização da educação do município de Guanambi, com escolas organizadas de forma improvisada para receber os sujeitos do campo e não uma escola pensada para respeitar as diversidades dos sujeitos do campo.

Em síntese, nos estudos fica explícita a hipótese de que no município de Guanambi houve o fechamento das escolas no campo e deslocamentos dos alunos para os distritos e sede do município arbitrariamente e não uma “nucleação”, algo que os documentos e as entrevistas nesta pesquisa constataram conforme abordaremos nos próximos tópicos.

3. Nucleação das escolas rurais no município de Guanambi: uma análise a partir dos documentos

Segundo dados analisados, no município de Guanambi as escolas foram “nucleadas” no ano de 2005 e só dois anos depois, com alegação de melhoramento do ensino para os camponeses, foi publicado o decreto de nº 334, de 19 de março de 2007. Este decreto oficializa a extinção das escolas municipais localizadas no campo. Veja o que reza no seu Art. 1º “Ficam extintas as escolas municipais localizadas na zona rural de Guanambi” (GUANAMBI, 2007, p.1)⁹.

⁹ É importante destacar que no mesmo diário que se publicou a extinção das escolas rurais há a publicação da Lei nº 164 de 21 de março de 2007, que “Dispõe sobre a estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guanambi e dá outras providências”. Esta lei estabelece em seu Art. 28 que a Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade: “[...] V – manter a rede escolar que atenda preferencialmente às zonas rurais, sobretudo àquelas de baixa densidade demográfica ou de difícil acesso”. Ou seja, a lei N. 164 contradiz o decreto que

O Decreto traz a relação das cento e três escolas que deixaram existir no município de Guanambi a partir de 2005. O termo usado é, de fato, “extinção”. A partir da publicação do documento oficial a maioria dos grupos escolares passou a ser utilizado pelas associações comunitárias ou condenados a ruínas.

Na época, segundo o Decreto, o gestor visava a uma melhora na educação para os sujeitos do campo. Quais foram os melhoramentos? Foram observadas e debatidas as características e condições vividas em cada recanto do município? Ao deslocarem, principalmente as crianças pequenas para os distritos e/ ou sede do município, quais procedimentos seguros foram adotados? Eis algumas indagações que precisam ser feitas.

No que se refere ao Plano Municipal de Educação - PME 2015/2025, revisado pelas comissões representativas envolvidas na elaboração, após diversas reuniões e audiências públicas, pudemos observar que o mesmo foi aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo executivo municipal. A Lei nº. 951 de 17 de junho de 2015 traz em seu diagnóstico referente ao ano de 2012 que:

[...] são 2.920 pessoas do campo que, para terem acesso ao direito à educação, precisam usar transporte escolar. Este, conforme observações, encontra-se em condições inadequadas para o transporte de criança, jovens e adultos. (GUANAMBI, 2015, p.104).

O próprio texto do PME em vigor¹⁰ relata as dificuldades dos alunos para terem acesso aos transportes devido às distâncias de suas residências até o ponto de embarque. Com isso, muitos saem muito cedo e chegam tarde em suas residências, com relato de permanência de 3 horas de viagem para chegar até a escola, e ainda sem acompanhamento de profissionais para garantia da segurança das crianças.

Essa dura realidade constatada em 2012 não é diferente da atual realidade. O próprio texto do PME reconhece que:

A zona rural de Guanambi necessita de escolas nucleadas no próprio campo, como orientam as Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo (Resolução CNE/CEB nº. 2. de 28 de Abril de 2008). Essa nucleação intracampo deve atender as regiões de maior concentração populacional, como as fazendas Suruá, Barreiro dos Martins, Curral de Varas, entre outras [...]. (GUANAMBI, 2015, p.105).

Segundo informações da gestora responsável pela pasta da educação, já existe a

extinguiu as escolas em 19 de março de 2007, publicado no mesmo diário: Salvador • Quinta-feira • 03 de maio de 2007 • Ano XCI • Suplemento Especial Diário Oficial dos Municípios No 19.401.

¹⁰ Os textos sobre a educação do campo que compõem o PME foi organizado pela comissão composta por: Antonio Nunes Santana, José Carlos Lélis Costa, Maria Cotrim da Trindade e Tatyane Gomes Marques.

sinalização do executivo municipal em iniciar levantamento de demandas para a implantação de escolas no campo conforme propõe o PME (Lei municipal nº. 951 de 17 de junho de 2015). O Plano Municipal de Educação contém 25 metas com suas respectivas estratégias. Por meio de sua análise, foi possível identificar cinco metas que contemplam a educação do campo, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2: Metas e principais estratégias para a educação do campo – PME 2015/2025

Metas	Descrição	Estratégias
01	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creche, de forma a atender, no mínimo, 50 (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final de vigência deste PME.	[...] 1.2. Construir, em regime de colaboração com a União e o Estado, creches e Centros de Educação infantil em locais de maior demanda: localidades nucleadas e nos Distritos Mutans, Morrinhos e Ceraíma. [...]
04	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental	[...] 4.5. Apoiar a alfabetização de criança do campo, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem a identidade cultural das comunidades quilombolas. [...]
09	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimo por cento) até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.	[...] 9.6. Garantir, a partir da vigência deste plano, a Educação de jovens e Adultos no campo com uma proposta curricular contextualizada.
13	Ofertar, progressivamente e com qualidade, a Educação Básica e EJA em escolas nucleadas no campo, atendendo a 50% da demanda escolar até 2017 e 100% até 2020.	13.1. Garantir o acesso dos alunos à escola no e do campo, sua permanência e sucesso nela: [...]
15	Adequar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, o currículo escolar para atender à diversidade etnicorracial, indígena, quilombola, gênero, orientação social, diversidade sexual e educação sexual.	[...] 15.5. Implantar as escolas nucleadas nas comunidades negras das regiões do Morro de Dentro, Isabel, Gado Bravo, Beira Rio, Lagoa do Buraco, Queimadas e outros, no prazo de dois (2) anos, a partir da vigência do plano.

Fonte: PME 2015/2025.

No que se refere à educação do campo, observa-se que praticamente nenhuma meta foi alcançada. Mesmo sendo um direito, sempre há a necessidade de muita luta para garantir a Educação do Campo. Para isso, os movimentos sociais e sindicais, representando os povos do campo, têm travado batalhas para a garantia de uma educação que venha respeitar as especificidades dos sujeitos. Um exemplo dessa luta é o esforço dos agricultores familiares que, depois de 79 Plenárias Estaduais e Regionais, debateram e aprovaram diretrizes para a educação do campo no 12º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e

Agricultoras Familiares¹¹. Em trecho do documento das referidas diretrizes, os agricultores reafirmaram a luta em defesa de uma escola no campo, através de construções e reformas dos espaços físicos e formação dos profissionais que atuam nas escolas para formarem sujeitos de acordo com suas culturas (CONTAG, 2017).

As políticas educacionais aprovadas no congresso dos agricultores familiares do Brasil, assim como as diretrizes operacionais para a educação básica no campo (BRASIL, 2002) e o PME 2015/2015 não foram e não são vistas como deveriam pelos gestores no município de Guanambi. Afinal, já são treze anos que os alunos do campo necessitam passar por diversas situações para ter acesso à educação, algo de direito que é negado aos sujeitos do campo no próprio campo.

4. A nucleação das escolas rurais de Guanambi na visão dos sujeitos

Além das pesquisas e documentos, este estudo ouviu os sujeitos que viram e vivem o processo de “nucleação” das escolas rurais no município de Guanambi. Assim, este tópico focaliza a análise do processo de “nucleação” a partir de suas narrativas.

4.1 O fechamento das escolas rurais: “naturalmente foi uma decisão do prefeito”

A maioria dos ouvidos nas entrevistas trata sobre o fechamento das escolas rurais como um ato que ocorreu repentinamente, isto é, por meio da decisão do gestor executivo do município de Guanambi no ano de 2005.

Ao questionar o gestor da Secretaria Municipal de Educação na ocasião (Gestão - 2005/2006) sobre como se deu a nucleação em Guanambi, ele destacou:

Ora, bem antes de nós assumimos o governo, eu, como vice-prefeito eleito, faltando três dias exatamente para assumirmos a prefeitura, recebi o convite do ex-prefeito para ser o secretário municipal de educação. [...] Foi um grande desafio para nós assumir a secretaria de educação do município de Guanambi. Antes de assumir, durante noventa dias, logo depois das eleições, o ex-prefeito montou uma equipe de trabalho para fazer a nucleação das escolas. Naquele momento o prefeito tinha em sua opinião a ideia de acabar com as escolas da zona rural [...]. (Secretário de educação em 2005/2006).

Fica evidente que na época do processo de “nucleação” das escolas rurais de Guanambi, o gestor municipal estava determinado a fechar todas as escolas localizadas no campo. Durante a entrevista, ficou explícito que houve uma discussão interna entre os

¹¹ O citado evento foi realizado de 13 a 17 de março de 2017 em Brasília. Organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

profissionais da rede municipal de ensino, principalmente da secretaria municipal de educação, na busca de adequações das escolas para receberem os sujeitos do campo. Todavia, a fala do secretário de educação daquele período demonstra que não houve uma preocupação do prefeito da época com relação às dificuldades dos estudantes no deslocamento do campo para a cidade.

De acordo com a entrevista com o secretário de educação, o processo de deslocamento dos alunos do campo para os distritos e sede do município ocorreu “logo depois das eleições, outubro, novembro e dezembro”. Conforme relatou, a secretaria de educação, na gestão anterior, chegou a fazer um levantamento de quantas salas seriam necessárias para receberem os alunos do campo nos distritos e sede do município. Porém, nos primeiros dias de governo municipal da época foi tomada a decisão que, conforme relatou, “naturalmente foi uma decisão do prefeito, e ele queria isso e essa decisão foi acatada diante do que ele pensava, diante do que ele esperava”.

Ao entrevistar a atual secretária municipal de educação, a mesma destacou pontos importantes sobre o processo de nucleação em Guanambi. No tocante ao fechamento das escolas, a gestora relata que na época estava professora e diretora e teve conhecimento do processo através de falas “a partir de tal dia as escolas, os alunos da zona rural vêm pra sede do município”.

Segundo a atual secretária, na época a decisão foi tomada de forma brusca, sem ouvir os envolvidos e comunidade escolar. Conforme afirmou, a maioria dos colegas que trabalhava no campo gostou da decisão do gestor em fechar as escolas. Na época, de acordo com seu relato, ouvia-se “não vou ter mais que ir pra zona rural”. Ou seja, não se pensava na questão do aluno, sua identidade e sua origem. Cabem alguns questionamentos: se na época não era fácil o professor deslocar para o campo, foi e está sendo fácil fazer o inverso? Isto é, deslocar os alunos para os distritos e sede do município?

Os representantes do movimento sindical do município de Guanambi¹² entrevistados consideram que nesses treze anos há mais pessoas sofrendo o impacto com a nucleação que beneficiadas. Neste caso, aquelas mais afetadas não foram/ são consideradas no processo.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 2005 relata que foi pego de surpresa com o rápido processo e que foram feitos questionamentos aos gestores. Diante das indagações e cobranças do sindicato rural, a resposta dada pelos gestores era que, ao realizar o

¹² Neste caso, a referência é o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

deslocamento das crianças e jovens do campo para a cidade, “*teria monitor no transporte escolar pra garantir a questão da segurança dos alunos*”.

O movimento sindical na época, segundo disse um dos entrevistados, via a necessidade da nucleação das escolas, porém, no próprio campo, em comunidades com o maior número de alunos:

[...] nós não defendemos classe multisseriadas. Mas o zoneamento no meio rural, esse nós defendemos, porque é preciso estudar o meio de aproximar uma comunidade da outra. Ao invés de estar transportando os alunos para sede do município, transporta para outra comunidade, para o aluno não tá saindo do meio rural. Ao invés de tá vindo para sede do município de Guanambi, ele pode estar indo para um centro educacional no meio rural. (Presidente do STR de Guanambi, mandato – 2002/2006).

O dirigente sindical reitera que as crianças necessitam estudar em comunidades próximas a suas residências, com integração entre as comunidades rurais. Se houver necessidade de transporte escolar que o mesmo ocorra de comunidade para comunidade e não para os distritos e sede do município. Ou seja, a fala do sindicalista aproxima do que dizem as normas sobre a educação do campo, valorizando o contexto de cada local.

Na fala do sindicalista há um reconhecimento de que as escolas rurais eram precárias, mas ter a atitude de fechar todas e deslocar os alunos para a cidade não foi a melhor opção. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Guanambi, segundo os entrevistados, continua no debate sobre melhorias das condições de acessibilidade dos alunos do campo à escola.

Conversar com quem viveu/vive a realidade mostra que a postura autoritária de um gestor muda radicalmente a realidade de um povo, neste caso, do povo do campo do município de Guanambi.

A fala de uma das professoras que atuava em uma escola no campo no período da nucleação mostra como ela, uma profissional envolvida diretamente no processo, teve conhecimento sobre o fechamento das escolas e da nucleação extracampo.

[...] terminou o ano de 2004 nas escolas da zona rural, como terminaria todo ano, entendeu? A gente fez a matrícula dos alunos. Ficou certo na comunidade que a escola funcionaria no outro ano e, quando a gente estava em período de recesso, ainda era dezembro, mas a gente já estava finalizando o ano letivo, entregando as cadernetas, essas coisas e tal, nós tivemos uma reunião no Cetep, e eu me lembro que foi anunciado pelo prefeito da época que o prefeito seguinte, o próximo prefeito, teve a ideia de fechar todas as escolas da zona rural. Foi essa conversa. A gente saiu da reunião sem mais informações. [...] no período da jornada pedagógica, os professores voltaram na prefeitura para pegar o material e tal, a gente já estava todos locados aqui, em uma escola aqui. No meu caso, na escola

Rômulo Almeida, que foi uma escola criada para atender, fundada para atender os alunos da região do baixio [...]. (Professora de uma das escolas fechadas).

A professora entrevistada lecionava em uma escola próxima à sede do município. Segundo relatou, nessa escola já havia certa discussão sobre o fechamento dada a proximidade que tinha da cidade e por ter um número pequeno de alunos. No entanto, o fechamento não se restringiu a esse caso, já que foram todas fechadas e *“nada foi discutido com a escola, com a comunidade. Ninguém tinha essa ideia na cabeça, que as escolas simplesmente ia fechar”*.

Essa entrevista evidencia mais uma vez que a decisão não foi dialogada nem com os professores e nem com as comunidades.

Os dirigentes de associações rurais reiteraram as informações sobre a forma como tudo foi imposto ao povo do campo. Perguntados se foi a melhor opção, um dos dirigentes entrevistados respondeu:

Não, não foi a melhor opção. Foi uma das piores opções, porque teve que deslocar crianças mentores de cinco anos, seis anos, dezoito a vinte quilômetros de distância até Morrinhos. As crianças iam no meio dos maiores, onde que os maiores não respeitavam os pequenos. Aí veja o que acontecia, ficavam as dificuldades dessas crianças longe dos pais, das mães, lá sozinhas no distrito, e aí umas entravam para aula, outras não entravam, e ficavam na rua, brincando com os outras, aprendendo coisas que não é de interesse da própria criança. (Dirigente de Associação rural na região de Morrinhos).

A entrevista revela as dificuldades enfrentadas pelas crianças pequenas aos deslocar dezenas de quilômetros até a escola. Ao mesmo tempo, o dirigente da associação denuncia a falta de acompanhamento de profissionais no transporte e nas imediações da unidade escolar, o que expõe as crianças aos riscos de envolvimento com o ilícito, tendo em vista que muitas nem entram na sala de aula.

Já os dirigentes da Associação de Lagoa do Sal, acerca de trinta quilômetros de distância da sede do município, relatam que as crianças necessitam percorrer diariamente longos trajetos até a escola. Além disso, os entrevistados falaram sobre o processo autoritário que foi adotado pelo poder público do município de Guanambi no processo de “nucleação” das escolas rurais.

Em relação à secretaria municipal de educação, o dirigente destaca: *“fui lá conversar com ele, ele falou que não tinha jeito, porque saiu do prefeito”*. Ou seja, na época, a secretaria municipal de educação seguiu rigorosamente a decisão que partiu exclusivamente

do gestor executivo do município de Guanambi - BA. Assim, diante das indagações, respondiam que “não tinha jeito”.

Além da movimentação feita pelas Associações contra a decisão na época, segundo o gestor da secretaria de educação no período da mudança, eram comum receber *“pais e mães de alunos todos os dias queixando-se que era impossível as crianças de 6 anos e 5 anos levantar 5 horas da manhã para pegar o ônibus para vir para Guanambi”*. Portanto, com base nos relatos dos presidentes de associações e na fala do secretário de educação da época, é possível afirmar que houve resistência à extinção das escolas rurais. Diversas famílias tentaram reverter a situação através de diálogo, já que consideravam *“impossível as crianças de 6 anos e 5 anos levantar 5 horas da manhã para pegar o ônibus para vir para Guanambi”* (secretário de educação em 2005/2006).

Em síntese, pode-se dizer que em Guanambi houve o fechamento (extinção) das escolas rurais e não a nucleação como pretendiam os representantes do legislativo ao aprovar o projeto, sancionado como lei (nº 203/2004) na gestão do prefeito Ariovaldo Boa Sorte (2000/2004) e concretizada na gestão do prefeito Nilo Moraes Coelho em 2005.

5. Considerações finais:

O objetivo da pesquisa apresentada foi analisar como se deu o processo de “nucleação” das escolas rurais no município de Guanambi e seus principais impactos após treze anos. Neste sentido, uma das conclusões é que a palavra nucleação não cabe para nomear o processo ocorrido no município de Guanambi tendo em vista a forma que foi implantado e o que consta na lei nº. 334 de 19 de Março de 2007. O que houve no município foi a extinção das escolas rurais. Neste caso, cento e três escolas localizadas na zona rural do município de Guanambi foram fechadas. No mínimo cento e três comunidades deixaram de ter o direito de ter acesso à educação no campo.

Treze anos depois, o que se observa são escolas fechadas no campo e o trânsito diário dos/as estudantes para os distritos e sede do município de Guanambi para garantir o direito à educação. Das promessas feitas e das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação (PME) nada se concretizou.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de Abril de 2002.

BRASIL. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Resolução CNE/ CEB Nº 2. Brasília-DF, de 28 de Abril de 2008.

FERNANDES, B. M; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por Uma Educação do Campo.** Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **12º CNTTR - Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.** Brasília 13 a 17 de março de 2017. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_462323100_06032017111506.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GANDRA, G. K. S. S; MARQUES, R. S. S.; GOMES, T. M. S.; MARQUES, T. G. O atendimento às crianças do campo no contexto do município de Guanambi/Bahia. In: PEREIRA, J. A. A.; REIS, J. P. M.; SCOLARO, M. E. N. L.; MARQUES, T. G (Orgs.). **Tecendo Conhecimento em Educação.** Guanambi (BA): RDS, 2006.

GUANAMBI. **Cartilha informativa:** mudanças rumo a uma Educação Modelo. Secretaria Municipal de Educação, 2005.

GUANAMBI. **Decreto nº 334/07, de 19 de março de 2007.** Extingue escolas municipais localizadas na zona rural de Guanambi. Publicado em 19 de março de 2007, p.1.

GUANAMBI. **Lei nº 203/04, de 06 de fevereiro de 2004.** Sistema de Nucleação Escolar da Rede Municipal de ensino. Publicado em 06 de fevereiro de 2004, p.1.

GUANAMBI. **Lei nº 164/07, de 21 de março de 2007.** Dispõe sobre a estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guanambi e dá outras providências. Publicado em 03 de maio de 2007, p.1.

GUANAMBI. **Lei nº 951/15, de 17 de junho de 2015.** Plano Municipal de Educação. Publicado no Diário Oficial do Município de Guanambi – Bahia. Poder Executivo, Ano VII, Nº 953, 17 de Junho de 2015.

MUNARIM, A. Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. **Em Aberto**, V 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011.

MARQUES, T.G. Educação do/no campo no contexto do município de Guanambi: uma análise a partir das políticas públicas. In: SÁ, M. M. D.; FERNANDES, M. N.; MARQUES, T. G. **Diálogos sobre políticas educacionais.** (Orgs.). Goiânia: Kelps, 2016.

OLIVEIRA, A. M. V. de M. **A Nucleação de Escolas do Campo como estratégia de melhora do ensino:** esboços de compreensão. Caderno de Resumo do III Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília – 4 a 6 de agosto de 2010.

OLIVEIRA, A. P.; REIS, C. M. D. B; COTRIM, C. N. **Da comunidade rural à escola da cidade: Olhares dos sujeitos desses espaços.** Monografia. Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, 2011.

PEREIRA, K. A. F. C.; COTRIM, N. S.; SILVA, T. A. **Educação no/do campo no município de Guanambi/BA:** implicações do processo de nucleação na vida e na aprendizagem dos estudantes camponeses. Monografia. Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, 2013.

XAVIER, A. P. S.; SOUZA, M. A. P.; SILVA, M. L. P. **O processo de nucleação das escolas multisseriadas do distrito de Morrinhos.** Monografia. Universidade do Estado da Bahia, Campus XII, Guanambi, 2008.